

Terça-Feira, 05 de Maio de 2026

Concorda com a renovação por mais 30 anos da Energisa em MT? Por Wilson Santos

Opinião

Redação

Antes mesmo da criação da Comissão Especial da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, instalada em setembro deste ano, para tratar sobre a renovação ou nova licitação do contrato de concessão da distribuidora de energia elétrica, eu já alertava sobre os graves problemas enfrentados pela população mato-grossense com o serviço prestado pela Energisa. Essa preocupação surgiu ao acompanhar o que aconteceu no estado vizinho, Mato Grosso do Sul, onde a renovação da concessão foi feita às escondidas, na calada da noite, sem ouvir a sociedade, sem debates, sem transparência. E eu afirmo com toda convicção: em Mato Grosso isso não vai acontecer!

Estamos realizando uma discussão séria e necessária sobre a possível renovação por mais 30 anos da concessão da Energisa, nos principais polos regionais de Mato Grosso, cuja empresa já protocolou o pedido de renovação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Vale informar que a Lei Federal nº 9.074/1995, impõe que a concessionária antes de encerrar o contrato pode pedir a prorrogação da concessão até 36 meses antes, em que terá análise da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Ministério de Minas e Energia se manifestará até 18 meses antes de findar o contrato. No mês de junho de 2026, o país saberá se o contrato será ou não renovado no nosso estado.

É importante que a população entenda como funciona esse processo: a Aneel é quem analisa tecnicamente o pedido, verifica o cumprimento das cláusulas e emite o parecer final, enquanto o Ministério de Minas e Energia é o órgão responsável por concretizar a decisão, homologando a renovação ou determinando nova licitação da concessão. Essa é uma decisão que depende de critérios técnicos, mas também, de sensibilidade política e compromisso com o consumidor.

E é justamente por isso, que o Parlamento Estadual precisa estar atento e vigilante. Mato Grosso vive um cenário paradoxal e é exportador de energia (produz mais de 4000 megawatts - MW) e a concessionária Energisa não consegue distribuir energia firme e de qualidade aos 142 municípios. Por onde temos realizado as audiências públicas, há unanimidade no grito de socorro por energia firme e de qualidade, comprometendo a instalação de novas unidades industriais e prejudicando as existentes e, ainda, a falta majoritária do sistema

trifásico nos quatro cantos do estado. As mais de 120 mil famílias, que habitam o campo de Mato Grosso, gritam diariamente, imploram por um sistema de distribuição mais profissional e que garanta energia firme e de qualidade, em várias comunidades rurais a interrupção do fornecimento chega a mais de uma semana.

Outro ponto preocupante é a falta de unidades físicas de atendimento da Energisa em vários municípios. O cidadão é obrigado a enfrentar longas distâncias ou depender de canais digitais que nem sempre funcionam, para resolver problemas simples como reclamações, pedidos de ligação ou esclarecimento de contas. Essa distância entre a empresa e o consumidor é um dos retratos mais claros do descompromisso com o povo mato-grossense.

Os números confirmam essa realidade. Segundo o Procon, no último ano, a Energisa liderou o ranking das empresas com maior número de reclamações em Mato Grosso, com mais de sete mil atendimentos relacionados à má prestação de serviços. Diante da pressão popular e institucional, a empresa tem buscado corrigir gradualmente algumas falhas, mas ainda há um longo caminho até alcançar o padrão de qualidade que o cidadão espera e merece.

A Comissão Especial da Assembleia Legislativa foi criada para garantir transparência, diálogo e participação popular nesse processo. Tenho participado, como, também, os demais membros do grupo de trabalho - de audiências regionais que já aconteceram em Sapezal, Cuiabá, Rondonópolis, Tangará da Serra, Cáceres e Pontes e Lacerda, ouvindo de perto as demandas da sociedade. O objetivo é claro: diagnosticar os principais problemas e construir um relatório técnico e político que sirva de base para a decisão da Aneel e do Ministério de Minas e Energia.

Mato Grosso não vai aceitar uma renovação feita no silêncio, sem debate e sem respeito à população. A energia elétrica é um serviço essencial e sua distribuição deve ser analisada com rigor pelo consumidor, que paga uma das mais caras tarifas do Brasil.

Por isso, deixo uma reflexão a você, leitor e contribuinte: com tantos problemas ainda sem solução, você concorda com a renovação por mais 30 anos da Energisa em Mato Grosso?

O debate já começou e o futuro da nossa energia depende da voz e da força do povo mato-grossense!

Wilson Santos é deputado estadual